



Governo do Estado de Roraima
Secretaria de Estado da Saúde de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 1.1. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações;
- 1.2. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e suas alterações;
- 1.3. Decreto nº 11.462/2023, de 31 de março de 2023;
- 1.4. Decreto nº 37.424-E, de 19 de março de 2025;
- 1.5. Decreto nº 39.050-E, 18 de agosto de 2025;
- 1.6. Instrução Normativa nº 58, de 8 de agosto de 2022;
- 1.7. Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021;
- 1.8. Instrução Normativa nº 81, de 25 de novembro de 2022;
- 1.9. Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO:

2.1. EVENTUAL AQUISIÇÃO DE INSUMOS E EQUIPAMENTOS PARA BIÓPSIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA UNACON/RR E CENTRO DE REFERÊNCIA DA SAÚDE DA MULHER.

3. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

3.1. DA JUSTIFICATIVA DA AQUISIÇÃO:

3.1.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade contínua e permanente da realização de exames de biópsia no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, considerando que se trata de procedimento diagnóstico indispensável para a confirmação de diversas patologias, em especial neoplasias, doenças inflamatórias, infecciosas e autoimunes, cuja identificação precoce é determinante para a definição da conduta clínica e para o prognóstico do paciente.

3.1.2. A ausência ou insuficiência da oferta regular de serviços de biópsia compromete de forma significativa a capacidade diagnóstica da rede pública de saúde, ocasionando atrasos na confirmação diagnóstica, postergação do início do tratamento, agravamento do quadro clínico dos pacientes e, consequentemente, aumento da morbimortalidade, sobretudo nos casos oncológicos. Ademais, a descontinuidade desse serviço pode gerar acúmulo de demanda reprimida, aumento de encaminhamentos judiciais e sobrecarga dos serviços de média e alta complexidade.

3.1.3. A realização da biópsia constitui etapa essencial do cuidado em saúde, uma vez que possibilita a análise histopatológica precisa, permitindo ao profissional médico estabelecer o diagnóstico definitivo, classificar o estágio da doença e indicar o tratamento mais adequado. Tal procedimento reduz a utilização de terapias empíricas ou inadequadas, promovendo maior racionalidade clínica e melhor aplicação dos recursos públicos, em consonância com os princípios da eficiência e economicidade que regem a administração pública.

3.1.4. A contratação visa atender, de forma específica, às demandas assistenciais da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – UNACON/RR e do Centro de Referência da Saúde da Mulher, unidades estratégicas da rede estadual de saúde, responsáveis pelo atendimento de pacientes com suspeita ou confirmação de doenças que demandam diagnóstico histopatológico para definição terapêutica. A manutenção da oferta desses serviços é imprescindível para assegurar a continuidade do cuidado, a integralidade da atenção à saúde e a observância do princípio da universalidade do SUS, garantindo à população o acesso oportuno a exames diagnósticos de alta relevância clínica.

3.2. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO):

3.2.1. Não cabe parcelamento, tendo em vista que a pretensa contratação trata de Formação de Registro de Preços e a aquisição será através de Atas de Registro de Preços de acordo com a disponibilidade orçamentária.

3.3. DA METODOLOGIA PARA LEVANTAMENTO DA DEMANDA:

3.3.1. Considerando a Formalização de Demanda na Saúde Ep. (18352989).

3.4. DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

3.4.1. As aquisições da instituição em atendimento ao dispositivo legal, são realizadas visando garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. Portanto, a aquisição de materiais para utilização nas atividades da instituição deverá ser realizada respeitando estes preceitos. Devido às características da aquisição e por se tratarem de materiais em sua maioria eletrônicos, há necessidade de manutenção e de assistência técnica.

4. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

4.1. De acordo com o estudo realizado e as demandas existentes, a solução para fins de satisfação da necessidade é a realização de licitação para aquisição de insumos para atender as demandas dos serviços de atenção especializados da Secretaria de Saúde do Estado.

4.2. O procedimento médico de biópsia é onde se retira um fragmento de tecido ou célula do corpo para análise, sendo essencial o diagnóstico de doenças, tumores, câncer e doenças autoimunes, hepáticas e renais. O objetivo é investigar a natureza das alterações, que podem ser benignas ou malignas. A realização da biópsia é feita após recomendação médica, após uma alteração ser percebida em exames anteriores.

4.3. A referida aquisição garantirá um apoio ao diagnóstico mais célere aos pacientes que necessitam deste tipo de procedimento.

4.4. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO:

4.4.1. Com base nos requisitos definidos, foram realizados levantamentos para identificar quais soluções existentes no mercado atendem aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

4.4.2. Dentro do presente estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da SESAU.

4.4.3. Na aquisição em tela não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade técnica do objeto, que pudessem promover a realização de audiência e/ou consulta pública para coleta de contribuições a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

4.4.4. Das Soluções

4.4.4.1 Solução 1 – Buscar atas de registro de preços adequadas.

4.4.4.1.1 Não foram encontradas atas com quantidades adequadas, limitando a eficácia desta forma.

4.4.4.1.2 A busca por atas de registro de preços existentes não resultou na identificação de quantidades adequadas dos objetos a serem licitados. Isso significa que as opções disponíveis não conseguem atender integralmente às demandas da CGAE.

4.4.4.2. Solução 2 – Pesquisar Intenções de Registro de Preços disponíveis para manifestação.

4.4.4.2.1. Ausência de intenções disponíveis impossibilita a utilização desta forma.

4.4.4.2.2. Não foram encontradas intenções de registro de preços em que a Secretaria pudesse manifestar sua participação. A ausência de tais registros impossibilita a utilização desta forma de aquisição, eliminando-a como uma alternativa viável.

4.4.4.3. Solução 3 – Realizar licitação própria.

4.4.4.3.1. A licitação própria permite à Secretaria definir com precisão os requisitos e especificações dos objetos, garantindo que as aquisições estejam em total conformidade com as necessidades da CGAE.

4.4.4.3.2 Esta forma de aquisição oferece maior controle sobre os critérios de seleção e contratação, possibilitando uma avaliação rigorosa das propostas com foco em economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

4.4.4.3.3 A licitação própria também possibilita a implementação de critérios técnicos e comerciais que assegurem a melhor relação custo-benefício, além de promover a competitividade entre fornecedores, resultando em preços mais vantajosos e condições de fornecimento mais favoráveis.

4.4.4.3.4 A gestão direta do processo licitatório proporciona uma maior transparência e segurança, alinhando-se com os princípios da Administração Pública e garantindo a correta aplicação dos recursos públicos.

4.4.5. Da Conclusão Final

4.4.5.1. A Solução 3 é a mais vantajosa para a Administração. Esta combinação garante a conveniência, economicidade e eficiência ao possibilitar uma gestão centralizada, planejamento estratégico de longo prazo e aproveitamento de economia de escala. A realização de licitação própria permite maior controle sobre os critérios técnicos e comerciais, assegurando a melhor relação custo-benefício durante o ciclo de vida do objeto a ser licitado, em conformidade com o art. 18, V da Lei 14.133/2021.

5. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

5.1. O objeto poderá ser licitado na modalidade Pregão eletrônico, por Registro de Preços, sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade comuns e que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme definições contidas no **Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, pela hipótese do Art. 6º e inciso XIII:**

Art. 6º [...]

[...]

XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;

[...]

5.2. É previsto a participação neste processo dos beneficiários da **Lei nº 123, de 14 de dezembro de 2006**, aplicando no que couber as disposições constantes dos arts. 42 a 49 para licitação exclusiva de Microempresa - ME e Empresa de Pequeno Porte-EPP, e demais disposições do **DECRETO nº 8.538 de 06 de outubro de 2015**.

6. DO REGISTRO DE PREÇOS:

6.1. Para a aquisição/contratação pretendida poderá ser adotado o Sistema de Registro de Preços tendo em vista o objeto requerido que atende à(s) hipótese(s) previstas na **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto 37.424-E de 19 de março de 2025:**

a) quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

b) quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;

c) quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;

d) quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

e) sobretudo, assegura um maior controle de um abastecimento eficaz por demanda e distribuição priorizando o abastecimento real das Unidades de Saúde de Alta Complexidade, em conformidade com o orçamento/financeiro existente;

f) quando for a primeira licitação ou contratação direta para o objeto e o órgão ou a entidade não tiver registro de demandas anteriores;

6.2. O Órgão Gerenciador da Ata de Registro de Preços será a Secretaria de Estado da Saúde.

6.3. O licitante interessado deverá cotar o quantitativo total previsto, excepcionalmente poderá ser admitido em Edital a quantidade mínima a ser proposta. (Art. 82, II. e IV **Lei nº 14.133/2021**);

6.4. Homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, convocará os interessados para assinatura da ata de registro de preços e compromisso de fornecimento que, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

6.5. O prazo de validade da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme o Parágrafo único do Art. 84 da Lei 14.133/2021 e do Art. 23 do Decreto 37.424-E de 19 de março de 2025. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

6.5.1. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original, devendo o ato de prorrogação da vigência da ata indicar, expressamente, o quantitativo renovado. A prorrogação acontecerá independente da existência de saldo em relação aos itens que a compõem. Assim, o prazo de prorrogação será uno, observando o seguinte, conforme o Art. 23, parágrafos 1, 2 e 3 do Decreto 37.424-E de 19 de março de 2025:

- a) admite-se a prorrogação antecipada da ata quando houver o esgotamento de, ao menos, um de seus itens;
- b) a prorrogação de um item implica prorrogação dos demais, na mesma data;
- c) a prorrogação da ata em relação a item cujo saldo tenha esgotado implica na prorrogação da ata em relação aos demais, na mesma data;
- d) havendo prorrogação antecipada, o prazo de um ano conta-se a partir daquela data, aplicando-se para todos os itens.

6.6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

6.7. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, Art. 95 da Lei 14.133/2021;

6.8. A Ata de Registro de Preços durante sua vigência, poderá ser aderida por qualquer órgão ou entidades da administração pública Estadual ou Municipais, que não tenham participado do certame licitatório, e da comprovação da:

- a) Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;
- b) Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado;
- c) Prévia consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor;

6.9. A Secretaria de Saúde, órgão gerenciador, na condição de único contratante, mediante procedimento gerido pela Coordenadoria Setorial de Licitações e Contratações na Saúde, dispensará a publicação da IRP com base no Art. 9º, parágrafo 2º do Decreto nº 11.462/2023 que regulamenta o Art. 86, parágrafo 1º da Lei nº 14.133/2021.

6.10. DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - SRP:

6.10.1. A contratação consiste, basicamente, em **EVENTUAL AQUISIÇÃO**, por meio de requisição, com base no **Art. 3º, IV do DECRETO Nº 37.424-E, DE 19 DE MARÇO DE 2025**.

6.10.2. A referida contratação não ocorrerá em parcela única do quantitativo total registrado na Ata de Registro de Preços.

6.10.3. O presente processo licitatório tem como natureza a aquisição eventual, não se enquadrando na modalidade de fornecimento contínuo nem tampouco em contratação com escopo previamente quantificado em sua totalidade. Essa opção decorre da impossibilidade de fixação antecipada de volumes exatos, dada a oscilação intrínseca às necessidades a serem atendidas.

6.10.4. Nos termos do art. 6º, inciso XL, da Lei nº 14.133/2021, entende-se por “aquisição eventual” aquela realizada conforme a necessidade da Administração, sem obrigatoriedade de consumo integral das quantidades estimadas. Ademais, o art. 11, inciso II, da mesma lei, dispõe que a licitação deve observar a seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração, o que inclui a adequação da modalidade de contratação à natureza da demanda.

7. DA DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO:

7.1. São os constantes do **ANEXO I** deste Termo de Referência;

7.2. A coluna contendo o código CATMAT apresentados no **ANEXO I** deste TR, foram extraídos do site de compras governamentais – www.comprasnet.gov.br, os quais suas especificações encontram-se de acordo com as necessidades da Rede Estadual de Saúde do Estado de Roraima;

7.3. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no **ANEXO I** e do Comprasnet, prevalecerá o descritivo constante neste Termo.

8. DO MODELO DE FORNECIMENTO DO OBJETO:

8.1. DO LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA:

8.1.1. O objeto deste Termo de Referência, **deverá ser entregue no Almoxarifado da Coordenadoria Geral de Assistência Farmacêutica - CGAF/SESAU**, situado na Avenida São Sebastião, nº 1485, bairro Santa Tereza - Boa Vista/RR, CEP: 69.312-155, em dia e horário de expediente (segunda a sexta - 8h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, horário local), sem ônus de frete para o Estado, e acompanhados das respectivas Notas Fiscais, bem como no rodapé da nota fiscal deverá conter o número do contrato e número do processo administrativo desta SESAU/RR.

8.1.2. A Contratada deverá entrar em contato pelo e-mail: **dpao.cgae@saude.rr.gov.br**, com cópias para o e-mail: **processos.cgae@saude.rr.gov.br**, para informar o dia da visita e o horário previsto, deverá ser comunicado com 5 (cinco) dias úteis antes da visita, para que sejam comunicados a equipe de acompanhamento, para deslocamento a unidade onde será a vistoria.

8.1.3. Após solicitação do corpo técnico da Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia vinculado ao Hospital Geral de Roraima - HGR ou do Centro de Referência em Saúde da Mulher – CRSM, será emitido uma **Requisição/Solicitação** pela Coordenadoria Geral de Atenção Especializada - CGAE na qual a empresa vencedora terá **30 (trinta) dias corridos** para o fornecimento dos itens solicitados conforme **ANEXO I** deste Termo de Referência.

8.2. PRAZO DE ENTREGA:

8.2.1. O prazo de entrega dos materiais é de **30 dias corridos a contar da última assinatura do Contrato e/ou recebimento de Empenho**;

8.2.2. Caso necessário, poderá **solicitar prorrogação do prazo de entrega** com antecedência mínima de **5 (cinco) dias úteis** da data final de entrega, demonstrando os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação, análise e possível aprovação;

8.2.2.1. Mediante justificativa da Contratada, parecer técnico da Coordenadoria e autorização do Ordenador de Despesas, será admitido **prorrogação por mais 30 (trinta) dias corridos** após findado o prazo, não podendo ultrapassar o limite de 1 (uma) prorrogação por entrega;

8.2.2.2. A entrega do objeto deverá ser realizada de forma integral;

8.2.3. O ônus do transporte, entrega e descarregamento no endereço indicado no **subitem 8.1.1.** deste TR é exclusivamente da Contratada;

8.2.4. Os prazos que vierem a coincidir em dia que não haja expediente no órgão ou que o expediente tenha sido reduzido, ficam automaticamente prorrogados ao dia útil seguinte;

8.3. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

8.3.1 A Contratada deverá ofertar a assistência técnica na cidade de Boa Vista, durante todo o período de garantia. Todos os itens deverão estar acompanhados do manual do usuário, com versão em português e da relação da REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA AUTORIZADA. No ato do recebimento, os fiscais do processo ao identificar algum item avariado, poderá a contratante abrir o chamado, tendo a Contratada o prazo de até **15 (quinze) dias corridos** para substituição do mesmo.

8.4. DO TREINAMENTO:

8.4.1. A(s) empresa(s) vencedora(s) (contratada) deverá(ão) ministrar treinamento para os profissionais da SESAU, caso seja verificado a necessidade, referente ao(s) item(s) 1 abrangendo, no mínimo, os seguintes tópicos:

8.4.1.1. Manuseio Básico;

8.4.1.2. Operação e Manutenção;

8.4.1.3. Cuidados e Riscos;

8.4.1.4. O treinamento deverá ser ministrado por profissionais capacitados, e deverá ser agendado e realizado nas dependências das unidades;

8.4.2. O treinamento deverá obrigatoriamente ser ministrado aos usuários do equipamento sem ônus para a SESAU. Deverá ser ministrado in loco, abrangendo os dois turnos de trabalho das equipes.

8.5. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA:

8.5.1. O material objeto deste TR deverá:

8.5.1.1. Ser de primeiro uso, da linha normal de produção, sendo aplicadas todas as normas e exigências da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e outras legislações pertinentes;

8.5.1.2. Ser fornecidos em embalagens originais, lacradas e esterilizadas (quando for o caso), contendo a indicação de marca e dados do fabricante, como Razão Social, CNPJ e endereço, trazendo impressa a indicação quantitativa, número de lote, data de fabricação e data de validade e/ ou garantia;

8.5.1.3. Possuir em suas embalagens unitárias, quando for o caso, garantia e/ou validade e demais informações que se façam necessárias para o perfeito manuseio e transporte dos mesmos;

8.5.1.4. Atender rigorosamente os quantitativos e apresentações solicitadas referente ao **ANEXO I** deste Termo de Referência;

8.5.1.5. No ato da entrega será exigido rigorosamente que os objetos do contrato sejam do fabricante e/ou marca registrados na proposta da empresa, quando declarada vencedora do item e/ou lote no certame, bem como que as especificações dos itens sejam as mesmas constantes no certame e, em casos de impossibilidade de entrega do objeto deste, conforme fabricante, marca e/ou especificação ofertada, a empresa deverá solicitar troca, justificando a inviabilidade, com antecedência mínima de **5 (cinco) dias corridos** da entrega, visando análise e decisão do requerimento por parte do Setor Competente da Administração com anuência do Gestor da Pasta.

8.5.1.6. Os itens do objeto de origem estrangeira deverão constar em suas embalagens as informações em português (Brasil) para conhecimento e classificação.

8.5.1.7. Os produtos e/ou equipamentos deverão ser entregues em embalagem apropriada para seu transporte e protegidos contra impactos.

8.5.2. DA TROCA DE MARCA e/ou especificação, somente serão autorizadas, desde que cumprido os requisitos abaixo:

8.5.2.1. A contratada deve comprovar o fato superveniente não imputável a ela, que inviabilizou o fornecimento da marca homologada (ex.: descontinuidade do produto pelo fabricante, falta de matéria prima ou caso fortuito ou força maior), tal comprovação ocorrerá mediante documentação oriunda do fabricante e/ou empresa. Além disso, a nova marca ofertada deverá ser de qualidade igual ou superior à inicialmente apresentada na proposta comercial de forma a atender todos os requisitos que foram solicitados neste Termo de Referência;

8.5.2.2. Ao Receber a **solicitação de troca de marca** a Administração analisará e se manifestará através do Parecer Técnico que avaliará a equivalência técnica dos **materiais**, mediante a previsão de abastecimento e o interesse da administração, bem como a emergência que o caso requer;

8.5.2.3. Fica proibida a troca de marca sem anuência da Administração, caso a empresa vencedora pratique tal conduta, o item será rejeitado em parte ou total, se assim o fizer;

8.5.2.4. Nas condições supracitadas, a troca de marca, deverá ser submetida a Gerência Especial de Cotação – GERCOTPRE/SESAU, para análise dos preços praticados, em compras governamentais, para o produto a ser fornecido podendo resultar em glosa no item homologado, que mediante a ciência da empresa, a glosa ocorrerá no ato da liquidação da Nota Fiscal.

8.6. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO:

8.6.1. O objeto deste TR será recebido em conformidade com o disposto no **art. 140, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações;**

8.6.1.1. PROVISORIAMENTE:

a) Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

b) Neste momento o canhoto da Nota Fiscal será assinado pelo fiscal do CONTRATO, devidamente designados através de Ato Normativo do Gestor da Pasta.

8.6.1.2. DEFINITIVAMENTE:

a) Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

b) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

c) Neste momento, será atestada a respectiva Nota Fiscal, em seu verso, pelo fiscal do CONTRATO e Membros da Comissão de Recebimento de Material Permanente, designados através de Ato Normativo do Gestor da Pasta;

8.6.2. Os itens constantes no ANEXO I deste TR serão recusados:

a) Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência - TR e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.6.2.1. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato;

8.6.2.2. Quando apresentarem qualquer defeito durante a verificação de conformidade;

8.6.2.3. Nos casos de sinais externos de avaria de transporte ou de qualidade e quantidade do produto, verificados na inspeção do mesmo, este deverá ser substituído por outro com as mesmas características, no prazo de até **15 (quinze) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

8.6.2.4. Será lavrado o **TERMO DE RECUSA**, no qual se consignarão as desconformidades e motivos da recusa e providências necessárias, devendo o produto ser recolhido e/ou substituído;

8.6.3. Nos casos de substituição do produto, iniciar-se-ão os prazos e procedimentos estabelecidos nestas **CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO**.

8.6.4. Após o recebimento do equipamento/material permanente pela equipe de fiscalização deve ser dado conhecimento à coordenação do patrimônio, para que realize o correto registro patrimonial a fim de guardar paridade com o setor contábil.

8.7. DA GARANTIA E/ OU VALIDADE:

8.7.1. A garantia consiste na prestação pela empresa, de todas as obrigações previstas na Lei nº. 8.078, de 11/09/1990 – Código de Defesa do Consumidor - e alterações subsequentes.

8.7.2. A empresa fornecedora será responsável pela substituição, troca ou reposição dos materiais porventura entregues com defeito, danificados, ou não compatíveis com as especificações do Termo.

8.7.3. Na substituição de materiais defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.

8.7.4. O prazo de validade dos itens na hora da entrega **não deverá ser inferior a 12 (doze) meses**;

8.7.5. Com a aplicação exclusiva a este prazo de validade, na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada, poderá em extrema excepcionalidade, após autorização do gestor da pasta, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.

8.7.6. A partir da data do recebimento e do parecer de conformidade do (s) equipamentos e/ou materiais entrará em vigor, pelo prazo de **12 (doze) meses consecutivos** a garantia do (s) equipamentos e/ou materiais fornecido (s) pela Contratada, bem como, a realização de todas as manutenções preventivas com substituição de peças e acessórios conforme programação definida no Manual do Fabricante.

8.7.7. A Contratada deverá efetuar quaisquer reparos com assistência técnica no local de entrega, sem ônus para a SESA, no (s) equipamentos e/ou materiais fornecido (s) e dentro do prazo de garantia, de eventuais anormalidades decorrentes de defeitos de fabricação, devendo iniciar os serviços de reparos no **prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas úteis**, após comunicado.

8.7.8. Constatado o defeito, e sendo este inerente a Contratada, e ainda, que não possa ser solucionado no prazo máximo de **02 (dois) dias úteis**, após o início do atendimento, a Contratada se responsabilizará pela substituição imediata, de forma provisória, por outro de modelo similar e com tecnologia igual ou superior, até que o equipamento defeituoso e de propriedade da SESA retorne em perfeita condição de uso, sem ônus adicionais. O prazo de retorno não poderá exceder a mais de **60 (sessenta) dias úteis**, salvo, em justificativas fundamentadas, acompanhado do devido Plano de Ação e cronológico a ser apresentado pela Contratada, devendo ser analisado e aprovado pela SESA. Em caso de inviabilidade de conserto, a Contratada deverá substituir, de forma definitiva, o equipamento, por outro sem uso (novo), e que atenda as especificações técnicas definidas neste documento, podendo ser igual ou superior.

9. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS:

9.1. A contratada deverá empregar materiais e equipamentos que atendam a critérios de sustentabilidade, tais como segurança, durabilidade e eficiência, de modo a gerar menos resíduos, menor desperdício e menor impacto ambiental.

9.2. Deverá ser observados os seguintes requisitos ambientais:

9.2.1. Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão, além de obedecer às diretrizes constantes da **Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010** – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução **CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005 e RDC 222, de 28 de março de 2018 - ANVISA**;

10. DO CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

10.1. DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS DE PARTICIPAÇÃO NO CERTAME:

10.1.1. Em razão das vedações legais, não poderá participar do procedimento de contratação:

a) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta junto ao Governo do Estado de Roraima, durante o prazo da sanção aplicada;

b) O fornecedor impedido de licitar e contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;

c) Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

d) O fornecedor declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

e) O fornecedor proibido de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, §8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Atividades Lesivas ao Meio Ambiente).

f) O fornecedor proibido de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12, da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Improbidade Administrativa);

g) Os interessados que por ventura sejam enquadrados nas vedações previstas no Art. 14 da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021;

g.1) Entende-se por “participação direta e indireta” nos termos do Art. 9º § 1º da Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021 a participação no certame ou procedimento de contratação de empresa em que uma das pessoas listadas no citado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

h) O fornecedor cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste termo;

i) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

j) As sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

k) Consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;

l) A verificação do atendimento das condições indicadas na letra "a" até a letra "e" serão realizadas de forma consolidada por meio de consulta no portal do Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço eletrônico <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/> ou por qualquer outro meio idôneo de consulta.

10.2. DA JUSTIFICATIVA DA VEDAÇÃO DE CONSÓRCIOS:

10.2.1. No que concerne à participação de Consórcios constituídos com finalidade específica e temporária, não serão admitidos na presente Licitação visto que o objeto trata de Aquisição de Bens Comuns de baixa complexidade, sendo plenamente possível que Empresas individualmente constituídas adimplam a obrigação. Ressalta-se que não vislumbramos complexidade nesta aquisição que justifique de forma plausível a participação especial de Consórcios. É cediço que esta forma de Constituição não é dotada de personalidade jurídica própria e o dever de cumprir e apresentar o rol de documentos elencados no **Art. 15, incisos de I a V da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, o que reforça a desnecessidade de previsão de participação pois acarretaria em maiores burocracias e tempo de análise documental, engessando de certa forma a Licitação.

10.3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.3.1. Sem prejuízo das demais documentações exigidas em lei, a (s) proponente (s) deverá (ão) ao tempo da habilitação apresentar:

10.3.1.1. Registro válido na ANVISA dos itens cotados, os casos que não se aplicam apresentar notificação simplificada ou documentação que informe isenção ou situação similar, certificado do responsável técnico com registro no órgão de classe da atuação (CRF) e alvará sanitário/licença de funcionamento vigente junto a vigilância sanitária.

10.3.1.2. LICENÇA SANITÁRIA VIGENTE, devidamente atualizada e válida, emitida pela autoridade sanitária competente dos Estados, Distrito Federal ou Municípios, **compatível com o objeto da licitação**, onde constam as atividades que o estabelecimento está apto a exercer.

10.3.1.3. AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE), ativa, emitida pela ANVISA, **compatível com o objeto da licitação**, devidamente atualizada, de acordo com a RDC nº 16, de 1º de abril de 2014.

10.4. JUSTIFICATIVA DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.4.1. DA EXIGÊNCIA DE REGISTRO DOS PRODUTOS OU A NOTIFICAÇÃO OU A DISPENSA DE REGISTRO

10.4.2. A resolução - RDC nº 751/2022 regulamenta a classificação de risco, os regimes de notificação e de registro, e os registros de rotulagem e instruções de uso de dispositivos médicos:

Art. 1º Esta Resolução define as regras de classificação de risco de dispositivos médicos, os requisitos de rotulagem e de instruções de uso, e os procedimentos para notificação, registro, alteração, revalidação e cancelamento de notificação ou registro de dispositivos médicos.

Art. 2º Esta Resolução se aplica aos dispositivos médicos nela definidos, sendo obrigatório a notificação ou o registro destes, conforme classificação de risco.

10.4.3. Nos moldes do artigo 4º da referida RDC, a definição de dispositivos médicos ocorre no inciso X conforme abaixo:

X - dispositivo médico (produto médico); qualquer instrumento, aparelho, equipamento, implante, dispositivo médico para diagnóstico in vitro, software, material ou outro artigo, destinado pelo fabricante a ser usado, isolado ou conjuntamente, em seres humanos, para algum dos seguintes propósitos médicos específicos, e cuja principal ação pretendida não seja alcançada por meios farmacológicos, imunológicos ou metabólicos no corpo humano, mas que podem ser auxiliados na sua ação pretendida por tais meios:

10.4.4. Portanto, justifica-se a exigência da apresentação de Registro expedido pela Anvisa, quando couber, ante normatização em vigor, a fim de que a Administração adquira produtos seguros aos seus destinatários, protegendo a saúde pública e garantindo que todos os dispositivos médicos (produtos médicos) tenham qualidade, segurança e eficácia verificadas pela Anvisa.

10.4.5. DA EXIGÊNCIA DO ALVARÁ SANITÁRIO VIGENTE:

10.4.5.1. O Alvará Sanitário é o documento expedido pela Vigilância Sanitária Municipal (VISA Municipal) ou pela Vigilância Sanitária Estadual (VISA Estadual). O Alvará Sanitário visa a obtenção da permissão para o funcionamento dos estabelecimentos sujeitos ao controle sanitário.

10.4.5.2. Todos estabelecimentos assistenciais de saúde necessitam de Alvará Sanitário. Consideram-se estabelecimentos de assistência à saúde ou estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, empresas e/ou instituições públicas ou privadas, que tenham por finalidade a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do indivíduo ou prevenção da doença, tais como: hospitais, clínicas e consultórios de qualquer natureza, ambulatórios, laboratórios, bancos de sangue, de órgãos, de leite e congêneres, acupuntura, veículos para transporte e pronto atendimento de pacientes e postos de saúde, dentre outros.

10.4.6. DA EXIGÊNCIA DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA (AFE):

10.4.6.1. Justifica-se a exigência de Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) ativa, emitida pela ANVISA, compatível com o objeto da licitação, devidamente atualizada, com base no art. 3º da RDC nº 16, de 1º de abril de 2014, conforme se depreende:

Art. 3º A AFE é exigida de cada empresa que realiza as atividades de armazenamento, distribuição, embalagem, expedição, exportação, extração, fabricação, fracionamento, importação, produção, purificação, reembalagem, síntese, transformação e transporte de medicamentos e insumos farmacêuticos destinados a uso humano, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes saneantes e envase ou enchimento de gases medicinais. Parágrafo único. A AFE é exigida de cada estabelecimento que realiza as atividades descritas no caput com produtos para saúde.

10.5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:

10.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou pessoa física empresarial, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 69, *caput*, inciso II, expedida dentro do prazo de 90 (noventa) dias, anteriores à data da entrega da documentação, exceto quando dela constar o prazo de validade;

10.5.2. BALANÇO PATRIMONIAL, demonstração de resultado contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, já exigíveis e apresentados na forma da lei ou de regulamentação da Receita Federal do Brasil em caso de escrituração contábil digital, extraídos do Livro Diário, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;

10.5.2.1. O balanço deverá ser registrado na entidade competente e também assinado pelo Administrador da Empresa e pelo Contador;

10.5.2.2. O Balanço Patrimonial deverá ser acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento, extraídos do livro Diário, devidamente registrado no órgão competente, nas condições de apresentação do balanço patrimonial;

10.5.2.3. As microempresas, as empresas de pequeno porte e as empresas que trabalham sob regime de lucro presumido deverão também apresentar, obrigatoriamente, o Balanço Patrimonial na forma aqui exigida, não podendo o mesmo ser substituído por nenhum outro documento, nos termos da Resolução CFC nº 1.330, de 18 de março de 2011.

10.5.2.4. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

10.5.2.5. As empresas, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar **patrimônio líquido mínimo** correspondente a:

10.5.2.5.1. 5% (cinco por cento) do valor total estimado para as propostas de **valor inferior** a R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), para o item ou lote pertinente;

10.5.2.5.2. 10% (dez por cento) do valor total estimado da proposta de **valor igual ou superior** a R\$ 1.000.000 (um milhão de reais), para o item ou lote pertinente.

10.5.2.6. As empresas com menos de 1 (um) ano de atividade, deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.5.2.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

11. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO:

11.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

11.1.1. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à SESA/RR;

11.1.2. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas, durante toda a execução do contrato;

11.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados direto e indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do produto no endereço citado no **subitem 7.1**, incluindo as entregas feitas por transportadoras;

11.1.4. No descritivo da nota fiscal deverá conter o número do contrato, o número do processo, detalhando o objeto, quantidades etc. Inclusive nos casos das entregas feitas por transportadoras;

11.1.5. Substituir no prazo máximo de prazo de até 15 (quinze) dias corridos, todo e qualquer equipamento/produtos, que vier a apresentar avaria no ato de sua entrega, ou que apresentarem vícios de qualidade ou quantidade que o torne impróprio ou inadequado ao fim a que se destina;

11.1.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela SESA/RR, durante a realização desta aquisição;

11.1.7. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da **Coordenadoria Geral de Atenção Especializada - CGAE** e Comissão de Recebimento de Material, prestando todos os esclarecimentos necessários, atendendo às reclamações formuladas e cumprindo todas as orientações, da mesma, visando o fiel cumprimento do contrato;

11.1.8. Observar todas as exigências de segurança na entrega do Objeto deste Termo de Referência;

11.1.9. Responder por qualquer dano que for causado à CONTRATANTE e ou a terceiros em decorrência da má execução;

11.1.10. Substituir o material objeto deste Termo de Referência que apresentarem vícios de qualidade ou quantidade que o torne impróprio ou inadequado ao fim a que se destina;

11.1.11. Responsabilizar-se por todos os encargos e obrigações concernentes às legislações: sociais, trabalhistas, fiscais, comerciais, securitárias e previdenciárias, que resultem na execução do objeto deste instrumento;

11.1.12. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

11.1.13. Da solicitação de **prorrogação de prazo de entrega e troca de marca**, somente serão autorizadas desde que cumpridos os requisitos dispostos nos **subitens 8.5.2 e 8.2.2. subitens** deste TR;

11.1.14. Deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus adicional à SESA/RR;

11.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

11.2.1. São obrigações da Contratante:

11.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo.

11.2.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

11.2.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

11.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

11.2.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

11.2.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.2.8. Fornecer, em tempo hábil, todas as informações necessárias à Contratada para o fiel cumprimento das obrigações decorrentes da aquisição objeto do presente Termo de Referência;

11.2.9. Receber o objeto deste Termo de Referência através do Setor responsável por seu acompanhamento e fiscalização, em conformidade com inciso II, do artigo 140 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

11.2.10. Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.2.11. Não permitir o recebimento do objeto deste em desacordo com o preestabelecido;

11.2.12. Efetuar o pagamento da(s) Nota(s) Fiscal(ais) /Fatura(s) da CONTRATADA, após a efetiva entrega do objeto e/ou serviço e atesto do Fiscal do Contrato e Comissão de Recebimento na Nota Fiscal;

11.2.13. Providenciar, junto à contratada substituição no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos** todo e qualquer material e/ou serviço, que vier a apresentar avaria/defeito ou ainda em desacordo com o descrito neste Termo de Referência no ato da entrega;

11.2.14. Manter a compatibilidade com as obrigações assumidas durante toda a execução do contrato;

11.2.15. Analisar a solicitação da Contratada, no que se refere à prorrogação de prazo de entrega do objeto e/ ou serviço deste TR, bem como a troca de marca dos materiais licitados, em caso de deferimento.

11.2.16. Providenciar junto a Gerência Especial de Cotação – GERCOTPRE/NP/SESAU/RR, nova cotação de preços dos materiais a fim de verificar preço e qualidade nos casos de prorrogação, reajustamento ou alterações contratuais para aferição do preço de mercado ou quando necessário e conveniente para a Administração;

11.2.17. Por fim, providenciar para que o Contrato seja cumprido fielmente por parte da CONTRATADA.

11.3. DA FISCALIZAÇÃO:

11.3.1. A execução das obrigações contratuais deste instrumento será fiscalizada por no mínimo 01 (um) servidor, doravante denominado FISCAL, designado formalmente, com autoridade para exercer, como representante desta Secretaria, toda e qualquer ação de orientação geral, observando-se o exato cumprimento de todas as cláusulas e condições decorrentes deste instrumento, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas, conforme prevê o Art. 117 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

11.3.2. O Fiscal de Contrato deve ser, preferencialmente, nomeado dentre servidores efetivos, que não sejam diretamente subordinados à unidade ou a outros setores responsáveis pela elaboração ou gerência do contrato a ser fiscalizado, na respectiva Secretaria ou Órgão de Gestão;

11.3.3. Na hipótese da impossibilidade de atendimento do dispositivo acima, a nomeação do servidor deve ser precedida da devida justificativa;

11.3.4. O Fiscal de Contrato deve ter, preferencialmente, fundado conhecimento técnico atinente ao serviço executado ou veículo adquirido, especialmente nos casos que versarem sobre serviços e/ou produtos de natureza não comuns;

11.3.5. É dever do Fiscal do Contrato proceder, previamente ao atestado de cada fatura, a análise de documentos atinentes à regularidade de registros e conformidades quanto às responsabilidades tributárias, previdenciárias, trabalhistas, assim como, quaisquer outros documentos exigidos da Contratada no instrumento contratual;

11.3.6. Uma vez finalizada a execução do contrato e tendo sido devidamente atestado a regular entrega dos veículos adquiridos, o Fiscal do Contrato deverá emitir, neste caso, o **ATESTADO DEFINITIVO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL**, conforme **ANEXO II**, deste TR, sendo considerado, nesse ato, concluídas as atividades do fiscal frente ao respectivo contrato;

11.3.7. O Fiscal do Contrato que atestar a fatura, nota fiscal, ou documento com igual finalidade, declara neste ato que o serviço ou material a que se refere foi satisfatoriamente prestado ou integralmente fornecido, nos exatos termos e exigências fixadas no termo contratual;

11.3.8. O ateste equivocado quanto à qualidade e condições de entrega do veículo ou prestação do serviço, bem como a emissão do Atestado de Recebimento de Material Definitivo ou o Atestado de Realização dos Serviços Definitivos, acima mencionados, constitui ato passivo de responsabilização do servidor, nos termos da legislação em vigor;

11.3.9. A nomeação de servidor público para a execução das atividades de Fiscal de Contrato, nos termos do art. 109, incisos III e VI, da Lei Complementar nº 053, de 31 de dezembro de 2001, constitui obrigação inerente à atividade do servidor público, notadamente o dever de exercer com zelo e dedicação as atribuições legais e regulamentares essenciais ao cargo, bem como, o cumprimento de ordens superiores, não cabendo alegação de recusa à designação, exceto quando se tratar de ato manifestamente ilegal.

11.4. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.4.1. Os Licitantes/Contratados sujeitam-se às regras e condições estabelecidas neste TR, Minuta de Contrato e no Edital. Em caso de responsabilização administrativa seguirão os termos dos **Artigos 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, sem prejuízo de demais providências administrativas cabíveis, configurando-se como **infrações** as seguintes condutas:

I) dar causa à inexecução parcial do contrato;

II) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III) dar causa à inexecução total do contrato;

IV) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.4.2. Serão aplicáveis nas hipóteses de infrações administrativas previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, as seguintes sanções:

a) Advertência por escrito em caso de atraso injustificado na execução do contrato;

a.1) Advertência será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no **subitem 11.4.1, inciso I**, deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa;

b.1) Multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não sendo inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado e será aplicada aos responsáveis **por qualquer das infrações administrativas** previstas no **subitem 11.4.1, incisos de "I a XII"**, sendo possível a cumulação;

c) Impedimento de Licitar e contratar;

c.1) Impedimento de Licitar e contratar, será aplicada aos responsáveis pelas infrações administrativas previstas nos subitens do **subitem 11.4.1, incisos "II, III, IV, V, VI, VII"** deste Instrumento quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e impedirá o(s) responsável(is) de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) Declaração Idoneidade para licitar ou contratar, que será precedida de análise jurídica e observará as regras estabelecidas em Lei, da aplicação será de competência exclusiva da Autoridade Máxima do órgão/entidade;

d.1.) Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos subitens do **subitem 11.4.1, incisos "VIII, IX, X, XI e XII"**, deste instrumento;

d.2.) Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar, aplicável também pelas infrações administrativas previstas nos **subitens 11.4.1, incisos "II, III, IV, V, VI e VII"** desde que **justifiquem a imposição de penalidade mais grave** que a sanção de Impedimento estipulada do **Subitem 11.4.2, alíneas c e c.1**.

d.3) A Declaração de Idoneidade para licitar ou contratar impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, **pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos**.

11.4.3. Se a sanção de multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

11.4.4. Na aplicação das sanções serão observados os princípios norteadores da Administração Pública na dosimetria da sanção, bem como a natureza e gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela decorrerem para a Administração Pública.

11.4.5. As sanções aplicáveis não excluem, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.4.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, 1º de abril de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

11.5. DA VIGÊNCIA E EFICÁCIA CONTRATUAL:

11.5.1. O prazo de vigência do contrato será até o final do exercício financeiro, contados da assinatura deste contrato, nos termos do **artigos 105, caput e 111 da Lei nº 14.133/2021**, podendo ser automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, conforme o **art. 111**, Parágrafo único, I e II da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*.

Art. 105. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

[...]

Art. 111. Na contratação que previr a conclusão de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

Parágrafo único. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

I - o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

II - a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.5.2. Tendo seu início a partir da data da última assinatura tendo eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado.

11.6. DA SUBCONTRATAÇÃO:

11.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11.7. GARANTIA CONTRATUAL:

11.7.1. Conforme o *caput* do art. 96 da Lei nº 14.133, é facultada à administração a exigência de Garantia Contratual, nos termos que segue:

"Art. 96. A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos."

11.7.2. Sendo assim, em conformidade com o **art. 96, da Lei nº 14.133/2021**, **não será exigida a Garantia Contratual** para a execução do objeto contratual.

11.8. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

11.8.1. O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos confere à Administração as prerrogativas de modificar, extinguir ou fiscalizar a execução, no qual as alterações observarão os casos previstos no **art. 124 da Lei nº 14.133/2021**, desde que haja interesse público e as devidas justificativas nas:

I) Alterações Unilaterais pela Administração, nos moldes do art. 124, inciso I e alíneas "a" e "b";

II) Alterações por Acordo Entre as Partes, nos moldes do art. 124, inciso II e alíneas "a", "b", "c", "d";

11.8.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o **subitem 11.8.1, inciso I**, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras.

11.8.3. As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação.

11.8.4. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, no mesmo termo aditivo, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

11.9. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL:

11.9.1. Constituirão motivos para extinção do contrato as Inexecuções Totais ou Parciais das obrigações, descumprimentos de normas editalícias, prazos, atrasos, razões de interesse público, desde que formalmente motivadas nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, em observância ao disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei 14.133/2021.

11.9.2. A extinção do contrato poderá ser:

a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

b) Consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse da Administração;

c) Determinada por decisão arbitral, ou por decisão judicial.

11.9.3. A extinção administrativa ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente.

11.9.4. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente por igual tempo;

11.9.5. A extinção por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes da contratação, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

11.10. DO REAJUSTAMENTO:

11.10.1. A Nova Lei de Licitações estabelece no art. 25, §7º, que independentemente do prazo de duração do contrato, será obrigatória a previsão de índice de reajustamento de preço, com data-base vinculada à data do orçamento estimado e com a possibilidade de ser estabelecido mais de um índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos.

11.10.2. Poderá ser admitido o primeiro reajuste de contrato com o interregno mínimo de 1 (um) ano tendo como base o **Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial Acumulado (IPCA-E)** com data-base vinculada à data do orçamento estimado no período contados da data limite para apresentação do orçamento estimado, consoante o **art. 182, Lei 14.133/2021**;

11.10.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 1(um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

11.10.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela Legislação então em vigor;

11.10.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente;

11.10.6. Toda e qualquer solicitação de reajuste deverá ser submetida à análise e aprovação do órgão competente da Administração Pública.

11.10.7. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento IPCA - E Índice Nacional de Preços ao Consumidor Especial Acumulado, com base na seguinte fórmula:

$R = V \times I$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado;

V = Valor contratual correspondente à parcela dos custos decorrentes do mercado a ser reajustada;

I = Índice acumulado do período.

11.10.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.10.9. Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.11. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

11.11.1. O preço definido no valor do contrato permanecerá fixo e irreajustável, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que deverá ser comprovado pelo CONTRATADO e aprovado pelo CONTRATANTE;

11.11.2. O reequilíbrio de que trata este item será deliberado pela administração a partir de requerimento formal do interessado, o qual deverá vir acompanhado de documentação comprobatória do incremento dos custos, gerando eventuais efeitos a partir da protocolização do requerimento, e nunca de forma retroativa.

11.12. DA MATRIZ DE RISCO:

11.12.1. Uma vez elaborado o Estudo Técnico preliminar pela Coordenação demandante, deverá conter todas as informações pertinentes do risco da contratação, conforme estabelecido pelo **art. 25 e incisos I ao V, Parágrafo único e art. 26, § 1º, incisos I ao IV, § 2º da IN SEGES nº 5, de 26 de maio de 2017, atualizada pela IN SEGES nº 98, de 26 de dezembro de 2022**, tendo como modelo o **MAPA DE RISCO** (EP. 19128462).

12. CRITÉRIO DE FATURAMENTO E PAGAMENTO:

- 12.1.** A CONTRATANTE efetuará o pagamento mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente preferencialmente do BANCO DO BRASIL S/A indicada pela CONTRATADA, até 30 (trinta) dias após o protocolo de entrada da Nota Fiscal devidamente atestada junto à CONTRATANTE;
- 12.2.** No dever de pagamento pela Administração relativo a fornecimento de bens ou execução de serviços, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada, salvo quando das preferências do § 1º, art. 141, da Lei nº 14.133/2021;
- 12.3.** A Contratada deverá indicar no corpo da **Nota Fiscal**, o número e nome do banco, agência e conta corrente onde deverá ser feito o pagamento via ordem bancária, bem como o número do Processo, do Pregão Eletrônico, Contrato e/ou Empenho e Descrição detalhada dos bens ou serviços faturados;
- 12.4.** Será também observado para o pagamento, o Regulamento aprovado pelo Decreto nº 4.335, de 03 de agosto de 2001, alterado pelo Decreto nº 6.618-E, de 08 de setembro de 2005;
- 12.5.** Caso constatado alguma irregularidade nas Notas Fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, com as informações que motivaram sua rejeição, para as necessárias correções, contando-se o prazo para pagamento, a sua reapresentação;
- 12.6.** Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente no Governo do Estado de Roraima em favor do FORNECEDOR. Sendo o valor superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário;
- 12.7.** Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;
- 12.8.** No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

13.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 626.252,60 (seiscentos e vinte e seis mil, duzentos e cinquenta e dois reais e sessenta centavos)**, de acordo com os critérios adotados pela Gerência Especial de Cotação GERCOTPRE/NPSESAU/RR, conforme **Análise Crítica de Pesquisa de Preços** (EP. 19450401) e **Planilha de Divisão de Cotas** (EP. 19457703), cujo valores nelas contidos são inteira responsabilidade de seus elaboradores.

14. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

14.1. As despesas decorrentes da aquisição, do objeto deste Termo de Referência, correrão à conta dos recursos da Secretaria de Estado da Saúde, conforme **Classificação da Despesa** (EP.19635798) e **Declaração 1614** (EP. 19635799):

- a) Programa de Trabalho:** 10.302.078.2174 / 10.302.078.3298
- b) Elemento de Despesa:** 33.90.30 / 44.90.52
- c) Fonte:** 1500.1002 / 1600.0000 / 2601.0000
- d) Tipo de Empenho:** Estimativo

15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO:

15.1. O Estudo Técnico Preliminar embasa a confecção deste Termo de Referência, pois visa assessorar aos gestores na tomada de decisão quando da abertura ou não de processos de aquisição ou contratação de serviços e diante da análise desenvolvida e todas as informações contidas, se torna **viável** e **razoável** a pretensa contratação, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da aquisição, a ser realizada na modalidade Pregão Eletrônico.

15.2. Logo, conforme demonstrado neste **TR**, a presente aquisição é imprescindível, mostrando-se viável por se tratar de aquisição de material de consumo a serem empregados no tratamento de pessoas, cujo os benefícios diretos e indiretos relacionam-se essencialmente com a salvaguarda da integridade física dos pacientes, cujo tratamento necessitam dos materiais ora mencionados.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

16.1. Os casos omissos e as dúvidas que surgirem quando da execução do objeto, constante deste Termo de Referência serão resolvidos entre as partes contratantes por procedimento administrativo e também utilizando-se meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem.

16.2. Ressaltamos que o presente Termo de Referência foi elaborado com base nas informações técnicas extraídas do **Estudo Técnico Preliminar** (EP. 20986795), **Documento de Formalização de Demanda** (EP. 18352989), **Mapa de Riscos** (EP. 19128462), **Classificação da Despesa** (EP. 19635798), **Declaração 1614** (EP. 19635799), **Análise Crítica de Pesquisa de Preços** (EP. 19450401), **Planilha de Divisão de Cotas** (EP. 19457703), **Certidão** (EP. 19455891) e **Justificativa** (EP. 20985763), cujas informações neles contidas são de inteira responsabilidade dos seus elaboradores e Gestor do Processo **Coordenadoria Geral de Atenção Especializada - CGAE**, sendo de responsabilidade deste Núcleo de Processo acrescentar as informações mínimas necessárias conforme o Art. 6º da Lei 14.133/2021.

16.3. A Administração em casos fortuitos e devidamente justificados, se resguarda no direito de modificar as fontes orçamentárias mediante Apostilamento.

17. DOS ANEXOS:

- 17.1. ANEXO I -** ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADES;
- 17.2. ANEXO II -** MODELO DE ATESTADO DEFINITIVO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL;
- 17.3. ANEXO III -** MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE ITENS DO CONTRATO.

Elaborado:

(Assinatura Eletrônica)
MARIA EDUARDA SAMPAIO SILVA
Gerente de Núcleo na Saúde
NPSESAU/GERTRPB

Revisado e Aprovado:**NOTA:**

O presente Termo de Referência e seus anexos devem ser revisados pelo Gestor do Processo no intuito de verificar se atende aos pré-requisitos para aquisição do objeto, podendo apresentar as considerações que julgar necessárias em despacho próprio para que este Núcleo de Processos proceda com as correções.

(Assinatura Eletrônica)

GEORGE RIBEIRO DE OLIVEIRACoordenador Geral de Atenção Especializada - Em exercício
SESAU/CGAE**Autorizado:**

(Assinatura Eletrônica)

ADILMA ROSA DE CASTRO LUCENASecretária de Estado da Saúde
SESAU/GABINETE**ANEXO I****ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E QUANTIDADES (EP. 19457703)**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	QUANT.	DIVISÃO DE COTAS	
					CRITÉRIO DE DISPUTA	QUANT. COTAS
1	Instrumento de biópsia Pro-Mag™ Ultra pode ser facilmente armado utilizando um sistema de alavanca e é ideal para procedimentos guiados por ultrassom. Suas características como facilidade de manuseio, força do disparo e confiabilidade no funcionamento tornam a Pro-Mag™ Ultra o campeão de vendas em instrumentos de biópsia no Brasil. Funciona melhor com o uso das agulhas de biópsia Pro-Mag™ Ultra que proporcionam uma combinação ideal para procedimentos de biópsia em tecidos moles como próstata, mama, fígado e rim entre outros. Quando utilizada em conjunto com agulha co-axial pode ser também utilizada para biópsia guiada por tomografia. Características -Avanço de 25 mm; -Fácil de armar utilizando sistema de alavanca; -Gatilhos posicionados na frente e atrás; -Trava de segurança que impede o disparo acidental; -Retirada das amostras sem extrair a agulha do instrumento; -Pode ser esterilizado pelos métodos convencionais; -Indicada para biópsias de próstata, mama, fígado e rim; -Com registro na Anvisa.	359192	UND	4	EXCLUSIVA	4
2	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES 16G x 20cm, com ponta ecogênica e marcação em centímetros. Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm), em uso nas Unidades de Saúde do Estado. Descartável, estéril, atóxica, apirogênica.	603051	UND	144	EXCLUSIVA	144
3	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES 18G x 25cm, com ponta ecogênica e marcação em centímetros. Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm), em uso nas Unidades de Saúde do Estado. Descartável, estéril, atóxica, apirogênica.	388014	UND	400	EXCLUSIVA	400
4	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES 20G x 10cm, com ponta ecogênica e marcação em centímetros. Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm), em uso nas Unidades de Saúde do Estado. Descartável, estéril, atóxica, apirogênica.	435484	UND	150	EXCLUSIVA	150
5	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES 20G x 16cm, com ponta ecogênica e marcação em centímetros. Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm), em uso nas Unidades de Saúde do Estado. Descartável, estéril, atóxica, apirogênica.	603057	UND	150	EXCLUSIVA	150
6	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES 20G x 20cm, com ponta ecogênica e marcação em centímetros. Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm), em uso nas Unidades de Saúde do Estado. Descartável, estéril, atóxica, apirogênica.	603058	UND	150	EXCLUSIVA	150

7	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES UNIGUN 16G X 16 CM Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm)	404600	UND	2.000	AMPLA	1.500
8	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES UNIGUN 16G X 16 CM Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm)	404600	UND		COTA	500
9	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES - TIPO D , 16G X 10CM COD. TC-22P 16/10 B31 COMPOSIÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL AIS 304 COM ESTRUTURA DE POLICARBONATO Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm)	615996 / SIMILAR	UND	2.000	AMPLA	1.500
10	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES - TIPO D , 16G X 10CM COD. TC-22P 16/10 B31 COMPOSIÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL AIS 304 COM ESTRUTURA DE POLICARBONATO Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm)	615996 / SIMILAR	UND		COTA	500
11	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES - TIPO CHIBA , 20G X 15 CM COD. CH 20-15. COMPOSIÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 COM ESTRUTURA DE POLICARBONATO Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm)	603028	UND	1.000	AMPLA	750
12	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES - TIPO CHIBA , 20G X 15 CM COD. CH 20-15. COMPOSIÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 COM ESTRUTURA DE POLICARBONATO Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm)	603028	UND		COTA	250
13	AGULHA DE DEMARCAÇÃO DE NÓDULO MAMÁRIO - TIPO A, 20G X 15 CM COD. CDN-R 2015 COMPOSIÇÃO: AÇO INOXIDÁVEL AISI 304 COM ESTRUTURA DE POLICARBONATO Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Argon Pro-Mag Ultra (avanço 25mm)	603057 / SIMILAR	UND	1.000	EXCLUSIVA	1.000
14	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES 16G x 20cm, com ponta ecogênica e marcação em centímetros. Deverá ser compatível com o instrumento de biópsia Alpharad Alphacore Alpha 07 (avanços 15mm e 22mm), em uso nas Unidades de Saúde do Estado. Descartável, estéril, atóxica, apirogênica.	603051	UND	240	EXCLUSIVA	240
15	AGULHA PARA BIÓPSIA DE TECIDOS MOLES 18G x 20cm. Aplicação: Tecidos Moles. Material: Aço Inoxidável Centimetrada. Dimensão: cerca de 18G x 20cm. Componente: Disparo Semiautomático. Componente II: c/ Marcador de Profundidade. Componente III: c/ Gaveta de Amostra. Característica adicional: c/ Cânula Introdutora. Conector: Conector Luer Transparente. Estéril e descartável.	603046	UND	400	EXCLUSIVA	400
16	AGULHA PARA LOCALIZAÇÃO DE NÓDULO MAMÁRIO NÃO PALPÁVEL 20G x 10cm. Material: Aço inoxidável, centimetrado. Aplicação: Localização de nódulo mamário não palpável por estereotaxia. Dimensão: 20G x 10cm; com fio marcador de níquel-titânio ou material compatível (tipo fio de Kopans) com extremidade para fixação da lesão de ponta atraumática em forma de duplo J ou Q. Estéril e descartável.	387972	UND	40	EXCLUSIVA	40
17	AGULHA PARA LOCALIZAÇÃO DE NÓDULO MAMÁRIO NÃO PALPÁVEL 20G x 15cm. Material: Aço inoxidável, centimetrado. Aplicação: Localização de nódulo mamário não palpável por estereotaxia. Dimensão: 20G x 15cm; com fio marcador de níquel-titânio ou material compatível (tipo fio de Kopans) com extremidade para fixação da lesão de ponta atraumática em forma de duplo J ou Q. Estéril e descartável.	404675	UND	40	EXCLUSIVA	40
18	AGULHA TIPO HUBBER, ANGULADA, 20G x 25mm. Material: Aço Inoxidável. Aplicação: p/ Punção de Cateter Implantável. Tipo Ponta Agulha: c/ Bisel não cortante. Tipo: Angulada, 90°. Dimensões: cerca de 20G x 25mm. Tipo Fixação: c/ Asa de fixação. Adicional: Tubo extensor c/ clamp. Conector: Conector Luer Lock ou Slip, Protetor. Estéril e descartável.	439872	UND	500	EXCLUSIVA	500
19	AGULHA TIPO HUBBER, ANGULADA, 22G x 20mm. Material: Aço Inoxidável. Aplicação: p/ Punção de Cateter Implantável. Tipo Ponta Agulha: c/ Bisel não cortante. Tipo: Angulada, 90°. Dimensões: cerca de 20G x 25mm. Tipo Fixação: c/ Asa de fixação. Adicional: Tubo extensor c/ clamp. Conector: Conector Luer Lock ou Slip, Protetor. Estéril e descartável.	439821 / SIMILAR	UND	150	EXCLUSIVA	150

ANEXO II
MODELO DE ATESTADO DEFINITIVO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL

ATESTADO DEFINITIVO DE RECEBIMENTO DE MATERIAL

“Atesto que o(s) material(is) descrito(s) neste documento, foi/foram recebido(s), atendendo as nossas especificações”

_____**RR**_____, ____ de _____ de 20____.

(Nome)
(Cargo)

ANEXO III
MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE ITENS DO CONTRATO

TERMO DE COMPROMISSO DE TROCA DE ITENS DO CONTRATO

À SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU/RR
COORDENAÇÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO - COSELC/SESAU
PROCESSO Nº: XXXXXXX
PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXXXXXX/20xx
DATA DE ABERTURA: ____/____/20____
HORA DE ABERTURA: 00:00h

Eu, _____, abaixo assinado(a), portador da cédula de identidade RG XXXX e inscrito(a) no CPF sob nº XXXXX, proprietário legal da empresa _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, localizado no endereço _____, ME COMPROMETO a efetuar a troca que não forem consumidos até que o prazo de validade expire, junto a Secretaria de Estado da Saúde – SESAU/RR.

E por ser a expressão da verdade, assino o presente, para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

Cidade/XX, _____ de _____ de 20____.



Documento assinado eletronicamente por **George Ribeiro de Oliveira, Coordenador Geral da Atenção Especializada - em exercício**, em 04/02/2026, às 16:34, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Adilma Rosa de Castro Lucena, Secretária de Estado da Saúde**, em 05/02/2026, às 19:22, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Eduarda Sampaio Silva, Gerente de Núcleo na Saúde**, em 06/02/2026, às 08:29, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **21032181** e o código CRC **4D290389**.